



Destaque Rural Nº 263

20 de Fevereiro de 2024

**“PARA VIVER LONGE DO RISCO”. DAS ALDEIAS COMUNAIS
AOS BAIRROS DE REASSENTAMENTOS PÓS-DESASTRES
EM MOÇAMBIQUE, UM *DÉJÀ-VU?***

Uacitissa Mandamule

RESUMO

Moçambique tem um longo histórico de desastres ditos “naturais”. Com o novo regime climático, caracterizado por episódios frequentes de inundações, ciclones, secas, etc., com consequências importantes a nível económico e social, têm ressurgido os discursos (políticos e técnicos) promovendo o reassentamento das populações como a principal solução. As semelhanças entre estes discursos e os usados para justificar a criação de algumas das aldeias comunais imediatamente após a independência nacional, levaram-nos a observar e entrevistar pessoas reassentadas após o ciclone Idai e as inundações de Março de 2019, a conversar com alguns decisores políticos e a consultar nos arquivos os planos das aldeias comunais, para compará-los com os planos dos bairros de reassentamento pós-desastres, no contexto actual. Para além de verificar uma certa continuidade nos mecanismos de resposta e adaptação aos desastres ditos “naturais” e a vontade política de controlar as populações pelas autoridades, conclui-se que, em ambos casos, o objectivo de colocar a população a “viver longe do risco” e melhorar as suas condições de vida não está a ser bem-sucedido, pois expô-la a novas vulnerabilidades, como a insegurança alimentar e a falta de infra-estruturas sociais.

Palavras-chave: Desastres; inundações; aldeias comunais; reassentamentos; terra; Moçambique.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Moçambique tem um longo histórico de desastres ditos “naturais” (Vaz, 2000; Christie e Hanlon, 2001). Desde os primeiros anos após a independência, o país foi confrontado com as grandes inundações no Limpopo (1977) e no vale do Zambeze (1978), na altura consideradas as maiores do século (Comissão Interprovincial das Calamidades Naturais e Aldeias Comunais, 1978). A resposta aos desastres, naquele contexto, foi influenciada pelas escolhas políticas, administrativas e económicas adoptadas pelo Estado, como a

nacionalização da terra e a socialização do campo, de que a criação de "aldeias comunais" era parte integrante e chave. Aqueles desastres resultaram na deslocação das populações das planícies aluviais para aldeias comunais, em parte também para colocar fim ao que era considerado como uma "dispersão da população", que dificultava a "modernização autoritária e acelerada" (Bowen, 2000; Cahen, 2000) das zonas rurais.

Com o novo regime climático, caracterizado por episódios frequentes de inundações, ciclones, secas, etc., com consequências importantes a nível económico e social, têm ressurgido os discursos (políticos e técnicos) promovendo o reassentamento das populações como a principal solução. As semelhanças entre estes discursos e os usados para justificar a criação de algumas das aldeias comunais imediatamente após a independência nacional, levaram-nos a observar e entrevistar pessoas reassentadas após o ciclone Idai e as inundações de Março de 2019, a conversar com alguns decisores políticos e a consultar nos arquivos os planos das aldeias comunais, para compará-los com os planos dos bairros de reassentamento pós-desastres, no contexto actual. Para além de verificar uma certa continuidade nos mecanismos de resposta e adaptação aos desastres ditos "naturais" e a vontade política de controlar as populações pelas autoridades, conclui-se que, em ambos casos, o objectivo de colocar a população a "viver longe do risco" e melhorar as suas condições de vida não está a ser bem-sucedido, para além de que agrava a insegurança alimentar e expõe-na a novas vulnerabilidades.

2. UM BREVE OLHAR SOBRE AS ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE

"Viva a Frelimo!
Vivam as Aldeias Comunais!
Abaixo as calamidades naturais
A luta continua!¹
Beira, aos 12 de Abril de 1978".

Com a proclamação da independência de Moçambique, o primeiro governo definiu duas prioridades principais para a política de desenvolvimento rural: a criação de grandes empresas estatais e o estabelecimento de aldeias comunais em todo o país (Raposo 2017). Estas últimas foram, em grande parte, inspiradas na experiência das aldeias Ujamaa na Tanzânia, iniciada na década de 1960². Em 1977, o governo aproveitou as grandes

¹ Hino entoado durante as reuniões da Comissão Interprovincial das Calamidades Naturais e Aldeias Comunais (1978).

² Os aldeamentos Ujamaa fazem parte de um programa político iniciado, na década de 1960, pelo presidente Julius Nyerere, na Tanzânia. Centrado na ideia de trabalho colectivo e produção conjunta, o objectivo dessa política era agrupar a população sob o pretexto de facilitar a prestação de serviços públicos (água, saúde, educação, estradas etc.) (Askew, 2008). Hyden (1980) explica que, apesar da forte mobilização para aderir à Ujamaa, que se acelerou com a seca que atingiu o país em 1973/1974, os camponeses não só mostraram uma forte resistência, como também conseguiram manter alguma margem de manobra diante das acções autoritárias do Estado.

inundações no Limpopo para justificar o seu projecto de criação de aldeias comunais, que consistia em "urbanizar" o campo agrupando as pessoas em áreas bem definidas e controladas (Cahen, 2000; Carrilho & Mandamule, 2015). Seguindo a mesma lógica de "modernização autoritária" (Geffray, 1990; Coelho, 1998; Bowen, 2000; Galli, 2003), o Estado também aproveitou as inundações de 1978, no Vale do Zambeze, para reassentar a população e promover a criação de novas aldeias comunais. Pode-se ler num dos relatórios da Comissão Nacional das Aldeias Comunais que:

As cheias do rio Limpopo ocorridas em Fevereiro de 1977, que afectaram todo o seu vale e originaram a perda de vidas humanas e bens materiais, e as do rio Zambeze em Março de 1978, que afectaram as populações das províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia, residentes nas zonas ribeirinhas, as quais se viram, de um momento para o outro, despojadas praticamente de tudo o que possuíam ficando também sem as suas casas e machambas. Surgiu assim um grave problema socioeconómico, que originou a tomada de certas medidas imediatas no sentido não só de promover a evacuação das populações afectadas para zonas altas, onde foram alojadas provisoriamente, fornecendo alimentação e vestuário, (...) de utensílios agrícolas e sementes para fazerem sementeiras à medida que as águas fossem baixando, mas também organizar-se as populações em aldeias comunais, definidas na 8ª sessão do Comité Central como sendo a forma mais avançada de além do mais lutar contra as cheias e acabar com os seus inconvenientes, o que foi acordado com as mesmas, dando-se início imediato à intensificação da mobilização e à escolha dos locais para a instalação das aldeias (Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 1980).

A Comissão Nacional das Aldeias Comunais dividiu o processo de criação de aldeias comunais em quatro categorias:

- (i) As aldeias que tinham sido aldeamentos coloniais (Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica);
- (ii) As aldeias criadas para acomodar as pessoas que retornaram às suas zonas de origem após a luta armada pela libertação nacional;
- (iii) As aldeias criadas após as cheias de 1977 e 1978;
- (iv) Novos agrupamentos de populações dispersas, na sua maioria resultantes da existência de produção colectiva.

As três primeiras categorias constituíam a maioria. Quanto à última categoria, o número de aldeias envolvidas deve ter sido extremamente pequeno, se não praticamente inexistente. E por um bom motivo: os agricultores agrupados resistiam muito a participar nas cooperativas, e os agricultores dispersos não tinham motivo para criar cooperativas espontaneamente, a menos que a Frelimo os obrigasse a fazê-lo. Em Dezembro de 1977, havia quase 800 aldeias comunais em todo o país, a maioria (70%) localizada na província de Cabo Delgado. Dasquelas, 400 delas eram antigos aldeamentos em processo de transformação e colectivização da produção agrícola (Direcção Nacional de Habitação, 1977). Como indica Coelho (2004), o número de aldeias comunais aumentou com o avanço da guerra civil, as

cheias dos rios Limpopo (1977) e Zambeze (1978) e a seca, cujos efeitos começaram a ser sentidos no final de 1981. Assim, em 1981, havia em todo o país 1.201 aldeias comunais, agrupando cerca de 1.505.887 pessoas. Tinham sido também criadas 119 cooperativas agrícolas e 85 não agrícolas. Cerca de 945 outras estavam em processo de criação, conforme se pode verificar na tabela 1 (Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 1981).

Província	Nr. de Aldeias	Nr. Habitantes	Cooperativas agrícolas		Cooperativas não-agrícolas
			Cooperativas agrícolas	Pré-cooperativas	
Cabo Delgado	540	797 811	21	429	41
Niassa	52	59 408	5	47	2
Nampula	211	95 700	13	205	12
Zambézia	20	25 950	10	9	9
Tete	30	61 830	11	19	3
Manica	107	32 594	7	111	4
Sofala	41	63 905	6	35	10
Inhambane	47	25 413	4	11	2
Gaza	131	333 023	36	62	1
Maputo	22	16 253	6	17	1
Total	1 201	1 505 887	119	945	85

Tabela 1 : Aldeias comunais e cooperativas por província em 1981 (Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 1981).

3. ALDEIAS COMUNAIS *VERSUS* BAIROS DE REASSENTAMENTO PÓS-DESASTRE: UM DÉJÀ-VU?

Os conflitos (Feijó, 2021) e os eventos hidrometeorológicos extremos têm provocado a deslocação involuntária de populações, algumas das quais reassentadas em outros locais. Dados do INGD (2022) indicam que, até finais de 2022, havia no país um total de 438 bairros de reassentamento, assim distribuídos: 73 na zona Norte (Cabo Delgado, Niassa e Nampula), 329 na zona Centro (Manica, Zambézia, Tete e Sofala) e 36 na zona Sul (Inhambane, Gaza e Maputo cidade e província). Este total de bairros agregava um total de 691.543 pessoas (152.897 famílias), deslocadas e reassentadas em resultado de factores como inundações, ciclones, tempestades e os ataques jihadistas no norte do país.

Uma análise detalhada do esquema das aldeias comunais (figura 1) mostra que o mesmo tipo de divisão das parcelas e de organização urbana da população foi usado nos planos para os bairros criados para acomodar os deslocados por desastres, por exemplo em Búzi (figura 2), afectado severamente pelo ciclone Idai e inundações em 2019 e nos dois anos

seguintes. O tamanho das parcelas é o mesmo (20m x 30m). O que mudou foi o tamanho e a forma geométrica de cada bairro de reassentamento. Assim como nas aldeias comunais, essa escolha do tamanho do lote também decorre da ideia de evitar o que alguns entrevistados chamaram de "evitar a ruralização dos bairros de reassentamento".

Nos bairros de reassentamento foi utilizada a mesma organização em blocos, composta por cerca de 10 a 20 parcelas. O bloco corresponde ao nível mais baixo de poder dentro do bairro. O chefe do bloco (líder do bloco) reporta-se ao líder do bairro que, por sua vez, reporta ao chefe do centro (líder do acampamento). Como, muitas vezes o reassentamento diz respeito apenas à alocação de terras para a habitação, as pessoas vêm-se forçadas a percorrer longas distâncias para retornar à área de partida e retomar as suas actividades agrícolas, apesar do risco de serem retiradas da lista de beneficiários caso a sua ausência seja notada pelos responsáveis das ONGs encarregues da distribuição da ajuda alimentar. Alguns alugam parcelas de terra de populações vizinhas para minimizar o esforço físico, o custo da viagem de ida e volta e os riscos envolvidos na mudança para a área de partida.

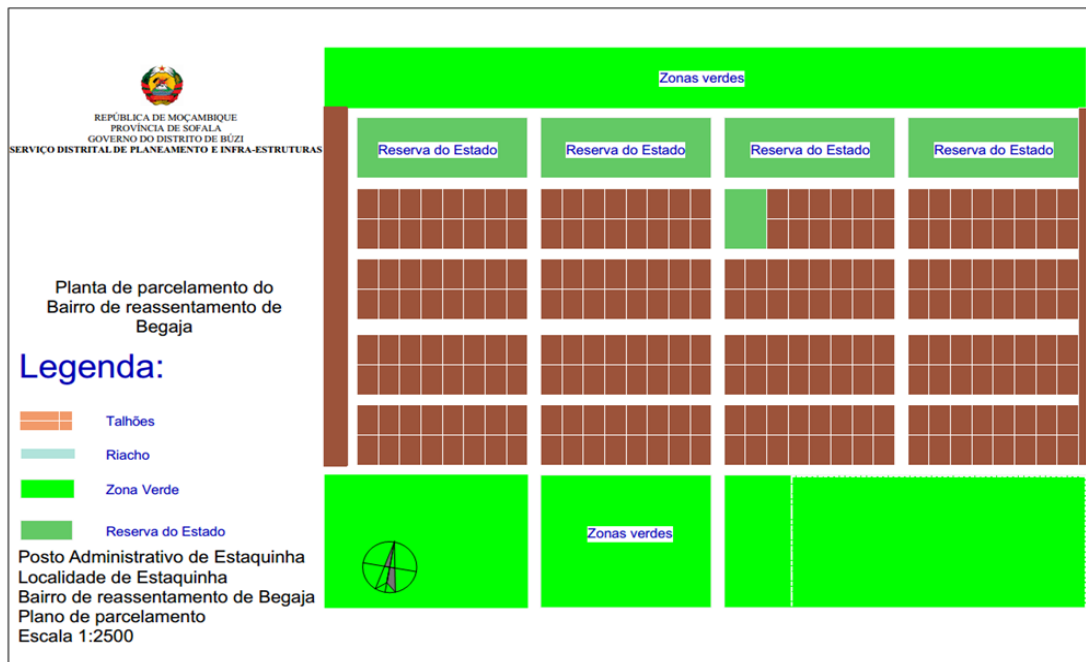
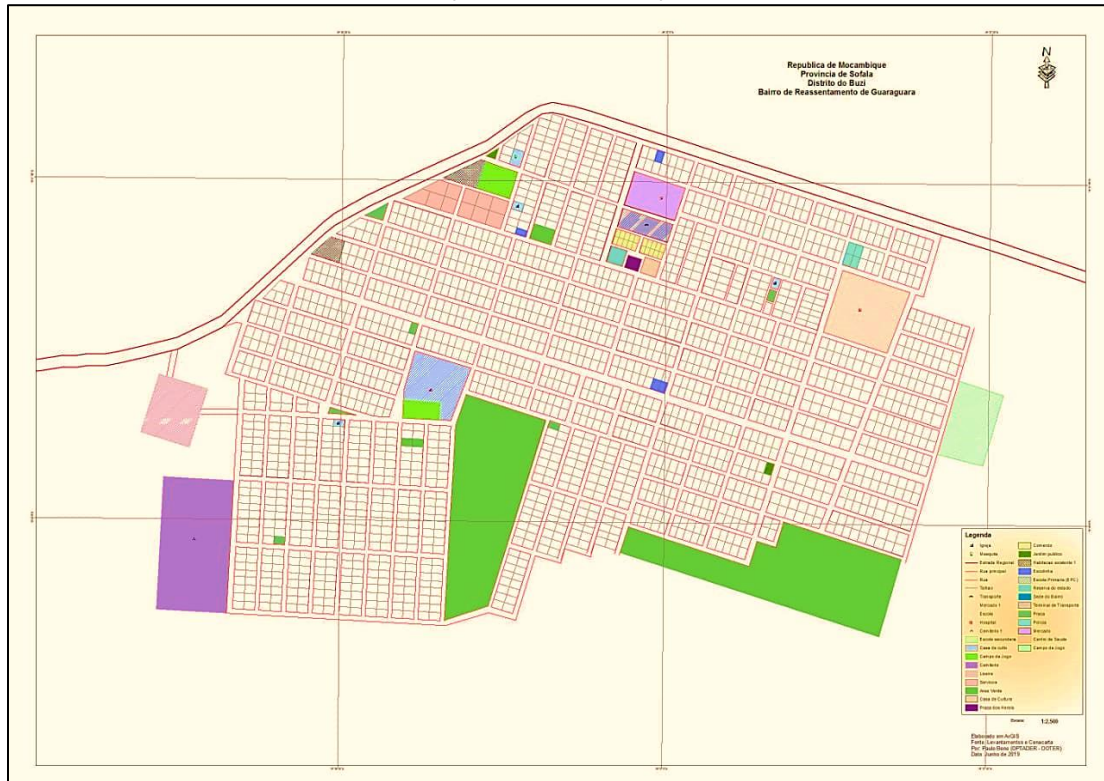
Ao percorrer os trabalhos de Stal (2010), observamos que foi usado um modelo semelhante ao dos bairros de reassentamento pós-Idai em Sofala e no reassentamento das populações afectadas pelas inundações de 2001, 2007 e 2008 no Vale do Zambeze. A divisão das parcelas e o traçado das ruas, a necessidade de reservar espaços para a construção de infra-estruturas sociais e a expansão de novos bairros são alguns dos "fetiches de planeamento urbano" (Lussault, 2015) já usados para as aldeias comunais e reproduzidos na concepção dos bairros de reassentamento pós-desastre. Como explica Stal (2010:34):

"De acordo com as directrizes do MICOA, a terra foi alocada por equipas de voluntários de acordo com um plano geral elaborado pela FAPF³ para cada centro de reassentamento, antes da demarcação das parcelas. Em geral, preferiram-se parcelas de 30m x 40m, cercados por vegetação ou por uma linha de pedras, sendo que a estrada deveria ter 11 metros de largura. Esse processo de parcelamento respeitava as restrições mínimas, como a reserva de espaço para futuras construções sociais - escolas, postos de saúde, etc. De acordo com fontes do governo, em alguns casos, as comunidades não foram envolvidas na selecção das áreas de reassentamento e simplesmente aprovaram o tamanho das parcelas⁴".

³ Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico.

⁴ Tradução da autora.

Figura 2 : Mapas dos bairros de reassentamento pós-Idai de Masquil-Alto 1 (em cima) e de Begaja (Búzi, Sofala, 2019).



Na tabela abaixo faz-se uma sistematização das possíveis semelhanças e diferenças entre as aldeias comunais e os bairros de reassentamento pós-desastres. Olha-se para a forma de constituição, a localização e tamanho das parcelas, a localização ideal das infra-estruturas, os problemas verificados e as formas de resposta ou de resistência das populações. Os dados resultam de uma combinação de informação obtida de entrevistas, observação, consulta de arquivos e documentos oficiais.

Tanto no passado, para as aldeias comunais, como agora, para os bairros de reassentamento, o discurso oficial para pensar o desenvolvimento rural e justificar a configuração sociopolítica do espaço, bem como as políticas de gestão de risco de desastres, tem se baseado continuamente no que Lussault (2015) chamou de "copresença". Segundo este autor, "a copresença consiste em dispor os seres, as coisas e os elementos de modo que a proximidade do contacto topográfico tenha precedência e permita a qualquer operador (indivíduo, comunidade) o acesso fácil ao maior número de realidades sociais no menor tempo possível e com o menor custo social, económico, simbólico" (p.254). Encontramos esta ideia num dos nossos entrevistados:

"Como essas comunidades são remotas, o reassentamento ajuda a organizar as pessoas! Isso as ajuda a ter acesso a água potável, energia, escolas e instalações sanitárias básicas. E tudo isso... seria difícil sem o reassentamento. Você sabe o que quero dizer (...). O reassentamento ajuda as pessoas a mudar hábitos ruins e adquirir bons hábitos. Mas a base para que o reassentamento funcione é o que você chama de vontade política a nível central, provincial, distrital e local...⁵".

No entanto, como ressalta Boano (2009), esse princípio não deve ser adoptado mecanicamente. O autor considera necessário levar em conta as realidades sociais e culturais locais e envolver as comunidades deslocadas na escolha dos locais de reassentamento, a fim de criar um senso de "pertença".

⁵ Homem, entrevista de Junho de 2022, Maputo.

Tabela 2 : Semelhanças e diferenças entre aldeias comunais e bairros de reassentamento.

	Aldeia Comunal	Bairro de reassentamento
Processo de constituição	<ul style="list-style-type: none"> - Coerção - Persuasão 	<ul style="list-style-type: none"> - (In)voluntário - Persuasão e controle estatal e das ONGs
Localização das parcelas	<ul style="list-style-type: none"> - O local escolhido deve ser seguro, próximo à área de produção e não oferecer risco de ser afectado por desastres (inundações e erosão). - Habitações autoconstruídas (sem financiamento), 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir em local elevado, com solos férteis e sem risco de desastres (inundações e erosão) - Reconstrução financiada pelo Estado/ONGs/parceiros
Tamanho das parcelas	<ul style="list-style-type: none"> - 600 m² - 1200 m² 	<ul style="list-style-type: none"> - 600m² em áreas rurais - 300 m² em áreas periurbanas
Organização das parcelas	<ul style="list-style-type: none"> - Blocos de 10 a 14 parcelas (dependendo da zona) - Ruas principais com 12 m de largura; - A casa principal deve estar localizada a, pelo menos, 3 metros do limite do lote - Cada família deve ter uma latrina localizada a, pelo menos, 30 metros da cozinha e uma fonte de água - O terreno deve ter uma cozinha, árvores de fruta e de sombra e um curral para animais 	<ul style="list-style-type: none"> - Blocos de 12 a 16 parcelas - Os terrenos devem ser acessíveis por uma rua; as ruas principais devem ter 11 m de largura - Cada família deve ter uma latrina a mais de 10 metros da casa. - A parcela deve ter árvores de fruta e de sombra e um curral para animais.
Localização ideal das infra-estruturas (água, hospital, escolas)	<ul style="list-style-type: none"> - A uma distância de menos de 5 km da aldeia 	<ul style="list-style-type: none"> - A uma distância inferior a 4 ou 5 km
Localização ideal das machambas, e tipo de produção	<ul style="list-style-type: none"> - A uma distância de menos de 5 km da aldeia - Machamba colectiva e/ou cooperativas (participação obrigatória) 	<ul style="list-style-type: none"> - A menos de 5 km da aldeia - Sem exigência de produção (mas "obrigatoriedade" de permanecer no bairro de reassentamento para beneficiar da ajuda humanitária)
Situação dos agregados familiares	<ul style="list-style-type: none"> - Os filhos casados não podem viver em parcelas de terra próximas das dos seus pais, para evitar o tribalismo e os clãs - Homens sem esposas não podem ter terras reservadas para eles. O mesmo se aplica aos ausentes - As esposas de homens polígamos podem receber parcelas de terra, mas muitas preferem ficar por perto para evitar intrigas sobre a distribuição dos bens - As mulheres fabricam tijolos de construção e rebocam as casas com barro 	<ul style="list-style-type: none"> - Homens e mulheres jovens maiores de idade recebem terrenos, geralmente próximos aos de seus pais (para facilitar a solidariedade) - Homens polígamos recebem apenas a parcela onde mora a sua primeira esposa. As outras esposas têm as parcelas registadas em seu próprio nome - As mulheres casadas podem ser titulares dos terrenos se tiverem sido listadas como beneficiárias na ausência de seus cônjuges

	Aldeia Comunal	Bairro de reassentamento
Problemas verificados	<ul style="list-style-type: none"> - Zona de produção muito distante da aldeia comunal. Em várias aldeias, as pessoas precisam de passar a noite nas suas machambas por causa das longas distâncias - Ajuda alimentar insuficiente após as inundações de 1977/1978. - Chegada tardia de sementes e colheitas fracas em propriedades individuais - Dificuldades para comercializar e usar a produção - Transacções ilegais de terras - Abastecimento de água deficiente e falta de centros de saúde e escolas 	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres fazem tijolos de construção e rebocam as casas com barro - Falta de terras agrícolas nas áreas de reassentamento - Área de reassentamento distante da zona de produção - Ajuda alimentar insuficiente para o número de pessoas por família - Chegada tardia de sementes. - Transacções informais de terras - Demora nos projectos de construção de casas - Abastecimento de água deficiente, falta de escolas e hospitais
Rumores	<ul style="list-style-type: none"> - O gado e as machambas individuais podem ser nacionalizados - Casas resistentes serão destruídas com a chegada de um plano de construção do governo - “Não vá para as aldeias comunais porque o regime de Ian Smith vai bombardeá-las” (província de Gaza) 	<ul style="list-style-type: none"> - Aqueles que construírem casas por conta própria não beneficiarão dos projectos de reconstrução - O governo está com planos de vender terras nas zonas de partida - Se retirar a tenda não se qualifica mais para ajuda alimentar
Formas de resistência da população	<ul style="list-style-type: none"> - Deserção - Fuga para outras zonas 	<ul style="list-style-type: none"> - Regresso à zona de partida antes do evento - “circulação” entre zona de partida vs. zona de reassentamento

Fonte : Elaboração da autora, com base em entrevistas e dados da Comissão Nacional das Aldeias Comunais (1977b, 1977a); Ministério para Coordenação da Acção Ambiental, 2012; GREPOC, 2019).

CONCLUSÃO

De um ponto de vista geral, procurou-se mostrar a imbricação entre os mecanismos formais de resposta e adaptação aos desastres ditos “naturais” e a vontade política de controlar as populações pelas autoridades. Através da consulta de arquivos e das entrevistas percebe-se que o agrupamento forçado das populações rurais faz parte de uma tentativa de controlo autoritário e de modernizar as zonas rurais. Com graus variados de violência simbólica e física (Bourdieu & Passeron, 1970), novas formas de se relacionar com o território foram impostas à população, contrárias à sua estrutura social, cultural e económica, sob o pretexto de segurança e acesso mais fácil aos serviços sociais.

A observação feita em zonas afectadas por desastres na zona centro do país mostra que a solução tecnocrática de transferir as pessoas das planícies aluviais para terrenos mais altos está, na realidade, a provar-se pouco eficaz e pode potenciar conflitos pelo acesso, posse e utilização dos recursos com as populações acolhedoras. Ao serem deslocados, os camponeses perdem, muitas vezes, a oportunidade de trabalhar a terra e produzir, algo que para eles é desolador. Problemas similares aos verificados nas aldeias comunais também se observam entre as populações reassentadas por eventos hidro-meteorológicos extremos: a escassez de terra arável nas novas áreas, a inadequação das instalações de educação e saúde de qualidade, o fornecimento precário de água, os conflitos com as populações anfitriãs e a falta de apoio efectivo à agricultura, etc.

Para terminar, está claro que o interesse pelas questões ambientais está crescendo constantemente, à medida que aumenta a frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos no país. No entanto, as soluções propostas para lidar com os efeitos destes últimos – geralmente o reassentamento, tendem a ser míopes e não atendem à necessidade das pessoas de ficarem próximas das áreas agrícolas e com boa fertilidade da terra. Esta necessidade e “preocupação com o seu território” (Weber, 2020) deve ser considerada de forma mais integrada nas políticas sectoriais de terra, de ambiente, sobre os deslocados internos e sobre o desenvolvimento, no geral. Na prática, outras soluções como a *modernização in situ* (Doberstein, 2019; Mandamule, 2023) estão longe de serem adoptadas, por não serem política e financeiramente viáveis, tanto para o Estado, como para algumas organizações não-governamentais e humanitárias que geralmente beneficiam das situações de emergência.

BIBLIOGRAFIA

- ASKEW, K. M. (2008). Les villages tanzaniens ujamaa 40 ans plus tard: Moralisation et commémoration du collectivisme. *Anthropologie et Sociétés*, 32(1–2), 103–132. <https://doi.org/10.7202/018885ar>
- BOANO, C. (2009). Space and place after natural disasters and forced displacement in In: Lizarralde, G., Johnson, C., Davidson, C. (eds) *Rebuilding After Disasters: From Emergency to Sustainability. Rebuilding after disasters: from emergency to* https://www.academia.edu/671725/Space_and_place_after_natural_disasters_and_forced_displacement_in_In_Lizarralde_G_Johnson_C_Davidson_C_eds_Rebuilding_After_Disasters_From_Emergency_to_Sustainability
- BOURDIEU, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La Reproduction*. Editions de Minuit.
- BOWEN, M. L. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. University of Virginia Press.
- CAHEN, M. (2000). *Mozambique—La révolution implosée*. L'Harmattan.
- CARRILHO, J., & Mandamule, U. (2015). Land Law, Power, Rural Development in post-Independence Mozambique. *Africhi e Oriente*, XVII(3/2015). <https://www.aiepeditore.com/2017/02/05/land-law-power-rural-development-in-post-independence-mozambique/>
- CHRISTIE, F., & Hanlon, J. (2001). *Mozambique and the Great Flood of 2000*. Indiana University Press.
- COELHO, J. P. B. (1998). State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982. *Journal of Southern African Studies*, 24(1), 61–91. JSTOR.
- COELHO, J. P. B. (2004). Estado, comunidades e calamidades no Moçambique rural. Em B. de S. Santos (Ed.), *Moçambique e a reinvenção da emancipação social* (pp. 49–76). Centro de Formação Jurídica e Judiciária.
- COMISSÃO INTERPROVINCIAL DAS CALAMIDADES NATURAIS E ALDEIAS COMUNAIS. (1978). *I Reunião Inter-provincial das Calamidades Naturais*. CIPCINAC.
- COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS. (1977a). *Relatório da viagem às Aldeias Comuns do Vale do Limpopo de 17/7 à 01/08/1977*. CNAC.
- COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS. (1977b). *Zonas das cheias de Limpopo. Aldeia Macupolane—Chibuti* (Caixa AC/238).
- COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS. (1980). *Ponto n°10—Problemas específicos das Aldeias Comuns*. CNAC.
- COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS. (1981). *Dados estatísticos sobre a situação das Aldeias Comuns de todo o país—1981*. CNAC.
- DIRECÇÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO. (1977). *Aldeias Comuns. Relatório da situação a nível nacional*. (Caixa 13 - CNAC (1978)). Direcção Nacional de Habitação.
- DIRECÇÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO - CNAC. (1978). *Mapas das aldeias comuns* (Pasta AC/233).
- DOBERSTEIN, B. (2019). Alternatives to Long Distance Resettlement for Urban Informal Settlements Affected By Disaster and Climate Change. *KnE Social Sciences*. <https://doi.org/10.18502/kss.v3i21.4964>
- FEIJÓ, J. (Ed.). (2021). *Conflito e desenvolvimento em Cabo Delgado*. Escolar Editora.
- GALLI, R. (2003). *Peoples' Spaces and State Spaces: Land and Governance in Mozambique*. Lexington Books.
- GEFFRAY, C. (1990). *La Cause des armes au Mozambique—Anthropologie d'une guerre civile*. KARTHALA.
- GREPOC. (2019). *Programa de alojamento pós ciclones (PALPOC)* (p. 53). Gabinete de Reconstrução pós-ciclone I dai.
- HYDEN, G. (1980). *Beyond Ujamaa in Tanzania: Underdevelopment and an Uncaptured Peasantry*. Heinemann.
- INGD. (2022). *Base nacional de bairros de reassentamento*. INGD.
- LUSSAULT, M. (2015). *El hombre espacial. La construcción social del espacio humano* (H. Cardoso, Trad.). Amorrortu.
- MANDAMULE, U. (2023). *Casas para os reassentados, para quando? Alguns desafios da reconstrução pós-Idai em Buzi, Sofala*. (Destaque Rural DR 248). OMR.
- MINISTÉRIO PARA COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL. (2012). *Manual de técnicas básicas de planeamento físico*. Ministério para Coordenação da Acção Ambiental; Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT).
- RAPOSO, I. (2017). Das aldeias comuns aos grandes projectos territoriais: Forjando uma sociedade urbana em Moçambique? Em J. Feijó (Ed.), *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: Estudos de caso em Moçambique* (pp. 179–214). Alcance Editores.
- STAL, M. (2010, março 1). Mozambique. Inondations et réinstallation : La vallée du Zambèze. *Hommes & migrations*, 28–40.
- VAZ, Á. C. (2000). *Coping with floods: The experience of Mozambique*. International Conference for Mozambique floods, Maputo.
- WEBER, F. (2020). *Le souci du territoire. Un espoir pour le XXIe siècle*. https://www.researchgate.net/publication/343826242_Le_souci_du_territoire_Un_espoir_pour_le_XXIe_siecle